

Não é normal, não é aceitável



» MICHELLY ANTUNES
Líder do Programa Nossas Crianças, da Fundação Abrinq

Informação de Agravos de Notificação), abrangendo o período de 2009 a 2024.

Nesse intervalo de mais de 15 anos, o Brasil registrou, em média, 28 mil notificações anuais de violência sexual contra pessoas com até 19 anos. Foram quase 20 mil estupros por ano e mais de 8 mil casos anuais de assédio sexual. A análise revela que crianças e adolescentes representam a maioria esmagadora das vítimas: 75,6% das notificações de violência sexual, 81,9% dos casos de assédio e 72% dos estupros envolveram vítimas dessa faixa etária.

Meninas são maioria em todos os tipos de violência analisados: mais de 85% das vítimas são do sexo feminino. No entanto, é importante ressaltar que meninos também são vítimas e, muitas vezes, de forma ainda mais invisível. Eles representaram quase 15% das notificações. O estigma em torno desses casos e a expectativa social de que "homens não sofrem esse tipo de violência" contribuem para a ocultação e o silenciamento desses episódios.

Um dado especialmente doloroso revelado pela campanha é a reincidência da violência. Em 2024, duas em cada quatro meninas com até 19 anos que sofreram estupro ou outro tipo de violência sexual já haviam sido violentadas anteriormente, mesmo após passarem por atendimento no sistema de saúde. Isso evidencia a urgência de aprimorar a articulação da rede de proteção, fortalecer o acolhimento e garantir que o ciclo da violência seja efetivamente interrompido. O cuidado com a vítima não pode terminar na notificação: ele deve se

estender em ações continuadas, com suporte psicológico, social e jurídico.

O ambiente doméstico, que deveria ser sinônimo de segurança, é, na maioria das vezes, o cenário da violação. Em dois terços dos casos registrados em 2024, a violência ocorreu dentro da própria casa da vítima. E o agressor, frequentemente, não é um desconhecido. Está no convívio diário, na rotina, no círculo de confiança da criança ou do adolescente. Essa proximidade torna a denúncia ainda mais difícil e reforça a importância de que toda a sociedade esteja atenta aos sinais.

A campanha Pode Ser Abuso aposta em uma abordagem direta, acessível e educativa. Mudanças súbitas de comportamento, queda no rendimento escolar, medo de determinadas pessoas, alterações no sono ou na alimentação podem ser sinais de que algo está errado. É fundamental reconhecer esses indícios e agir com responsabilidade e empatia. Essa não é uma tarefa restrita a pais, mães ou professores. É um compromisso coletivo, de vizinhos, familiares, profissionais da saúde, da assistência social, da educação e de toda a comunidade.

Denunciar é um ato de proteção. Em caso de suspeita ou confirmação de violência sexual, Disque 100, acione o Conselho Tutelar ou procure a delegacia mais próxima. Reconhecer a gravidade do problema é dar um passo firme na direção da mudança. Precisamos, enquanto sociedade, romper o silêncio que protege os agressores e fragiliza ainda mais as vítimas. Não podemos normalizar o inaceitável.

COP30 e o desmatamento na Amazônia e Cerrado



» CARLOS BOCUHY
Presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam)

Os motores do desmatamento no Brasil continuam extremamente elevados, a pouco mais de sete meses da COP30, em novembro, em Belém do Pará. Neste período acentuado de mudanças climáticas, os sumidouros de carbono, representados pela vegetação da Amazônia e do Cerrado, continuam a ser devastados, conforme mostra este artigo, o que colocará o país em situação delicada diante do mundo.

Outros fatores estão entrando em cena: o retorno do mercantilismo, implementado pela política norte-americana de Donald Trump, e a guerra comercial que poderá turbinar o desmatamento da Amazônia, ao lançar taxações sobre o mercado chinês, cuja demanda tenderá a migrar para a soja brasileira.

As consequências sinalizam para o agronegócio do Brasil que haverá maior demanda na produção agrícola para a China. Isso ocorreu no passado, durante o mandato anterior de Trump, o que pressionou fortemente a demanda por soja brasileira pela China, elevando os índices de desmatamento.

Não há de se negar que a dinâmica econômica por commodities, como a soja, interfere fortemente na política de uso do solo, especialmente em países, como o Brasil, vulnerável às práticas ilegais em territórios sobre proteção ambiental. Milhares de quilômetros de floresta e Cerrado são sacrificados, deteriorando sumidouros de carbono, sacrificando a biodiversidade e lançando ecossistemas ricos em vida para a desertização.

O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de soja. Em 2024, o país expotou um total de 97,299 milhões de toneladas, de acordo com a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec); a produção foi de 164,4 milhões de toneladas, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados apontam que, desde 2019, o preço da soja aumentou devido à demanda por ração animal à base de soja da China e à guerra da Rússia na Ucrânia. Os preços da soja, em 2024, estabilizaram-se, mas permanecem altos, potencialmente incentivando mais desmatamento e conversão para expandir as plantações de soja.

No Brasil, uma das maiores dificuldades é o enforcement, a aplicação da lei, diante das fortes pressões econômicas. Mesmo com a moratória da soja após 22 de julho de 2008 — iniciativa voluntária celebrada com empresas produtoras do cereal para impedir a comercialização produzida em áreas desmatadas da Amazônia —, a devastação ambiciosa continua a pressionar a regularidade do setor.

Segundo estudos do Instituto Centro de Vida (ICV), com base nos dados do Prodes, do Inpe, entre agosto de 2023 e julho de 2024 dois terços do desmatamento na Amazônia e no Cerrado foram ilegais. Na Amazônia, 90,8% do desmatamento foi ilegal. O quadro é dramático. Os tratados sobre clima, diversidade biológica e combate à desertificação estão cada vez mais ameaçados pela prática agrícola e pecuária predatória.

As consequências dessa devastação apontam para o ponto de não retorno da Floresta Amazônica, maior hotspot de risco ambiental planetário na América do Sul. Segundo estudos do Centro de Resiliência de Estocolmo (SRC), sua destruição implicaria alterações drásticas na refrigeração da Linha do Equador, possibilitando efeitos — cascata planetários com a alteração da AMOC (corrente marítima do Oceano Atlântico) e maior liberação de metano do permafrost da região do Ártico. O que é Permafrost e por que se importar? — LABPED.

As consequências para a humanidade seriam extremamente duras. Segundo Steven Lade, do SRC, "os impactos dos pontos de inflexão físicos podem desencadear inflexões sociais, como desestabilização financeira, interrupção da coesão social e conflitos violentos que amplificariam ainda mais os impactos sobre as pessoas". Novo relatório: Ameaças e oportunidades de ponto de inflexão aceleram — Centro de Resiliência de Estocolmo

O Brasil está se preparando para a COP30 e um dos maiores compromissos a serem assumidos na conferência são as metas de redução das emissões (NDCs). Essa tarefa está se tornando cada vez mais difícil para o Brasil, especialmente em sua forma pragmática, que vai além de discursos e metas colocadas no papel.

A insistência do governo federal em perseguir a matriz fóssil, com a extração de petróleo na área da foz do Rio Amazonas e a tempestade econômica que turbinou o desmatamento, merecem avaliação mais estratégica do governo brasileiro, à luz da crise climática que vem se aprofundando em intensidade maior do que a esperada.

O Brasil, como anfitrião da COP30, deve se afastar de discursos dúbios e sem sustentação científica. Não tratará com massa crítica ingênua, mas com a expertise de centenas de cientistas e instituições que, ao longo dos últimos 40 anos, adquiriram notável conhecimento e percepção sobre o fenômeno do aquecimento global.



Prioridades erradas



» RAUL JUNGSMANN
Ex-ministro da Reforma Agrária, da Defesa e da Segurança Pública, ex-presidente do Ibama e atual diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)

com a negligenciadas demais potências em relação à América Latina. O que abre oportunidade histórica ao Brasil.

De fato, em apenas duas décadas, como registra o jornal *Valor Econômico*, a China passou de um ator insignificante a uma força dominante na América Latina, com participação de 16,9% no comércio total da região com o mundo, ultrapassando a União Europeia (UE) — participação de 10,7% —, embora permaneça atrás dos Estados Unidos (37,3%) pelos dados de 2023.

O que se extrai disso é a importância de uma política pública de longo prazo, que fala sobretudo para nós, do Brasil, que insistimos em confirmar que não perdemos a oportunidade de perder oportunidades.

A Europa também se move. Travado por décadas, o acordo com o Mercosul andou após a constatação da emergência da corrida pelos minerais, como atestou a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, por ocasião da celebração do acordo, quando o vinculou à potência mineral dos países da América do Sul.

Esse quadro reforça a oportunidade que a guerra tarifária entre EUA e China representa para o Brasil, que surge como alternativa natural para as duas potências, dada a privilegiada condição de nossas reservas — de níquel, lítio, nióbio, grafite e terras raras, entre outras.

Não só: outros países, como os da União Europeia, buscam parceiros comerciais considerados mais estáveis para garantir suas cadeias produtivas. Além disso, existe a perspectiva de empresas de todo o mundo ampliarem cada vez mais seus investimentos no Brasil.

O cenário é promissor, mas nosso entusiasmo é contido, porque ainda não priorizamos as

medidas estratégicas para sairmos da posição de fornecedores de matéria-prima, como ocorre no caso de outros produtos que caracterizam o país como eterno vendedor de commodities.

O Brasil assiste, há alguns anos, a esse enredo, sem demonstrar senso de urgência proporcional ao movimento global. Enquanto ensaia os primeiros passos — na verdade, arrastado pelos fatos —, exibe mais debates do que ações objetivas no plano interno para se capacitar aos investimentos, agregando valor à sua produção, para consolidar o protagonismo que lhe está reservado na cena geopolítica atual.

Dos mais recentes fóruns nos quais o país se fez representar pela sua iniciativa privada e pelo governo, dentro e fora de seu território, extraíram-se dois consensos: somos a bola da vez, com uma oportunidade singular de protagonizar esse novo contexto mundial, mas não fizemos o dever de casa.

Órgãos essenciais, como a Agência Nacional de Mineração, o Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) e o Serviço Geológico do Brasil (SGB), não mereceram ainda a reestruturação necessária para que desenvolvam os trabalhos indispensáveis de mapeamento, pesquisa e regulação.

O Congresso Nacional consome suas energias com a polarização ideológica, enquanto procrastina o exame de uma Política Nacional de Minerais Estratégicos, para a qual recebeu dezenas de sugestões, inclusive, de intermediários de governos como o dos Estados Unidos, empenhados em evoluir nas negociações com o Brasil.

Estamos, portanto, com as prioridades erradas, sem foco principal no que, hoje, é o mais relevante, a ponte para a inserção do país em uma nova economia, para a qual temos tudo de que o mundo precisa.